

# Política de Gerenciamento de Riscos

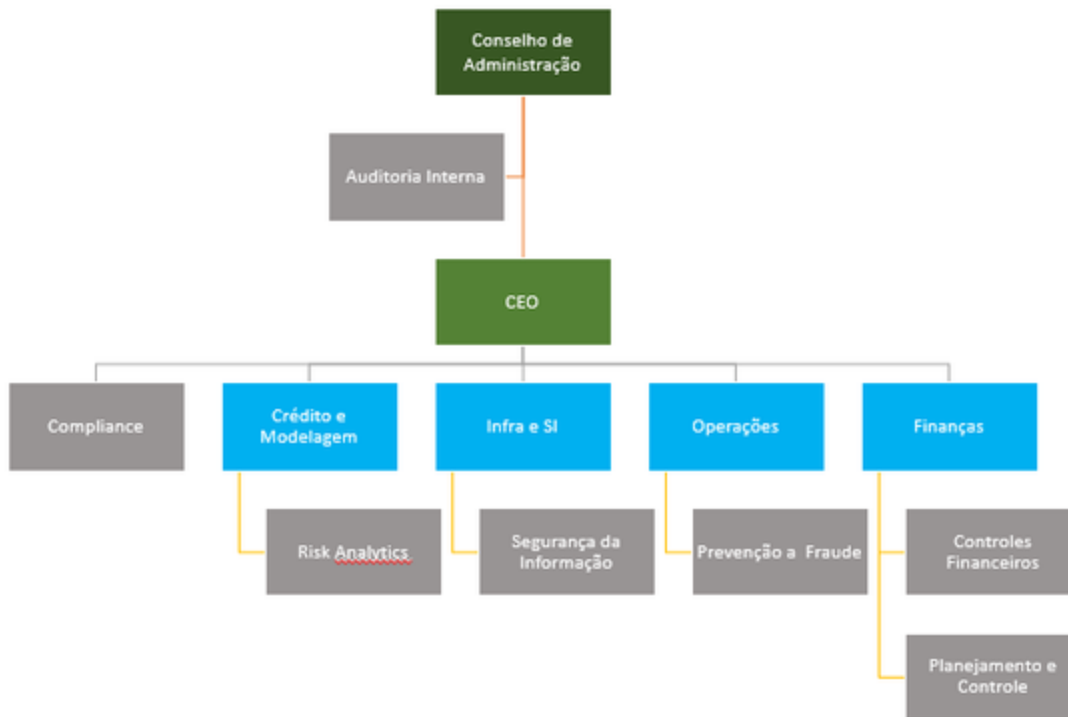
## 1. Objetivo

Estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento de riscos e requerimento mínimo de capital inerentes as atividades de negócios exercidas na Acesso.

Define e formaliza os principais riscos, a estrutura corporativa envolvida e determina a governança do tema.

Apona os principais indicadores e controles chaves que contribuem para o eficaz gerenciamento dos riscos.

## 2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos



## 3. Risco Operacional

### 3.1. Conceito

Conforme prevê a circular 3681/13 define-se risco operacional pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos:

1. a) falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento;
2. b) falhas na identificação e autenticação do usuário final;
3. c) falhas na autorização das transações de pagamento;
4. d) fraudes internas;
5. e) fraudes externas;
6. f) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
7. g) práticas inadequadas relativas a usuários finais, produtos e serviços de pagamento;
8. h) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
9. i) ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da instituição de pagamento ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados;
10. j) falhas em sistemas de tecnologia da informação;

11. k) falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades envolvidas em arranjos de pagamento;

### 3.2. Governança

#### 3.2.1. Compliance

Definir, implantar e gerenciar métodos de gestão de risco operacional e fluxo de tratamento dos eventos.

Suportar as áreas orientando o devido tratamento aos eventos percebidos

Avaliar, de forma independente, os planos de ação e controles mitigatórios e preventivos.

Disseminar a cultura de gestão de risco operacional.

#### 3.2.2. Membros do Comitê de Compliance

Posicionarem-se em relação aos eventos de risco ou potenciais ocorrências, determinando o grau desejável de exposição ao risco.

Emitir aceite de risco para gaps que não serão tratados a médio e longo prazo.

Priorizar temas de alto nível de exposição ao risco.

Validar diretrizes do modelo de gestão de riscos

#### 3.2.3. Demais áreas

Executar os controles relacionados as rotinas das atividades designadas

Reportar desvios

Contribuir na análise, criação e implementação dos planos de ação corretivos em resposta aos eventos de risco operacional

### 3.3. Diretrizes

Os eventos de Risco Operacional serão tratados cumprindo o ciclo de identificação, reporte, avaliação, priorização e resposta ao risco.

Em resposta ao risco avaliado, baseado na matriz de impacto e probabilidade, os seguintes cenários são possíveis:



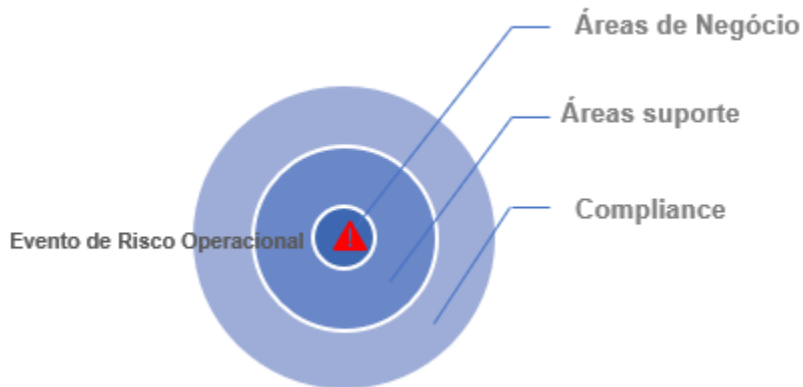
Os planos de ação devem cobrir os aspectos mitigatórios e preventivos.

Todos os colaboradores são responsáveis por identificar, avaliar e atuar no plano de ação dos eventos de risco operacional no que tange aos seus processos, e contribuir na sugestão e implantação de melhorias.

#### 3.3.1. Camada de defesa

Os controles estão atrelados as atividades rotineiras e demandas pontuais, e objetivam mitigar eventos de risco operacional que impeçam o alcance do objetivo da atividade, e devem permear todas as áreas e processos.

A estrutura organizacional atua em camadas de defesa, explicitadas a seguir:



### 3.4. Indicadores

Mensalmente os eventos de risco operacional são consolidados, avaliados aplicando a matriz de riscos e reportados em comitê de Compliance.

## 4. Risco de Liquidez

Alinhada ao padrão regulatório, a Acesso entende Risco de Liquidez como a possibilidade de não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Considera-se ainda risco de liquidez situações em que a Acesso não seja capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário;

### Gerenciamento de Capital

É o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, que objetiva avaliar a necessidade de capital frente aos riscos assumidos no planejamento estratégico.

#### 4.1. Governança

##### 4.1.1. Área Financeira

Compete à área Financeira analisar diariamente os índices de liquidez e gerenciar o capital, monitorando o ativo e passivo circulante, aplicações financeiras, caixa e demais ativos.

Reportar ao Conselho de Administração e Diretoria, desvios entre previsto e realizado, e eventos de impacto relevante na liquidez.

Garantir que os saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento estejam aplicadas conforme prevê a regulamentação vigente.

##### 4.1.2. Compliance

Avaliar a aderência ao gerenciamento de riscos, por análise dos controles e testes amostrais.

Reportar ao CA e aos diretores os resultados da análise citada acima.

##### 4.1.3. Atuação do Conselho de Administração e Diretoria

Mensalmente avaliar os índices de liquidez, baseado nos indicadores apresentados pelo time Financeiro.

Definir estratégia de aporte, em eventos que impactem a liquidez da Acesso.

#### 4.2. Diretrizes

Manter os saldos dos cartões em conta apartada, assegurando que, em caso de ruptura severa, seja possível honrar o compromisso com a base de clientes ativos, definidos conforme regulamentação em vigor, nos seguintes termos:

Manter recursos alocados em títulos públicos federais, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), denominados em reais e adquiridos no mercado secundário, com prazo máximo a decorrer de 540 (quinhentos e quarenta) dias até o vencimento, e não referenciados em moeda estrangeira, de liquidez imediata equivalentes a 100% (cem por cento) dos saldos de moeda eletrônica de sua emissão.

As aplicações mencionadas possuem liquidez imediata e são mantidas para negociação.

A redução de nível de liquidez deve ser representada pelas razões entre (a) ativo circulante/passivo circulante e (b) aplicações financeiras, caixa e ativos de liquidez imediata/saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescido dos saldos de moedas eletrônicas em trânsito entre contas de pagamento geridas pela Acesso.

O detalhamento das medidas de recuperação está descrito no Plano de Continuidade de Negócios .

### 4.3. Indicadores

-

A Acesso considera que as seguintes variações nesses índices seriam consideradas críticas e exigiriam a adoção de medidas corretivas:

- (a) redução expressiva da receita operacional e financeira da Acesso em comparação ao mesmo período do ano anterior; e
- (b) redução do nível de liquidez para níveis inferiores a 100% (cem por cento).

Os índices de liquidez são frequentemente monitorados e reportados mensalmente, em fórum de apresentação dos resultados ao Conselho de Administração e Diretoria.

Considera-se como fatores de riscos e respectivos cenários de stress:

Fator de Risco	Análise de cenário
Piora no cenário macroeconômico resultando em retração nos serviços de pagamento	Dado o foco da Acesso na população não bancarizada, uma possível deterioração da economia brasileira poderia causar o aumento do número de pessoas com acesso limitado a serviços financeiros, que se tornariam clientes potenciais da Acesso.
Piora no cenário microeconômicos – aumento da concorrência – saturação no mercado de pré-pagos	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Diversificação de carteira de clientes</li><li>2. Diversificação das linhas de negócio.</li></ol>

### 4.4. Estratégias de Fortalecimento da situação de capital e de liquidez

Entende-se como possíveis planos de ação para recuperação dos níveis de liquidez em cenários de estresse ou ruptura severa

- Obter investimentos adicionais de seus acionistas ou buscar aportes de novos investidores em rodadas de investimentos.
- A base de acionistas diversificada que inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento e investidores especializados no setor de inovação financeira.
- Possibilidade de obter capital por meio de dívida, visto que não possui dívidas financeiras ou bancárias atualmente. A emissão de dívida não precisa ser necessariamente na forma de empréstimo bancário, podendo ocorrer por meio de emissão de debentures para a base acionária existentes ou eventuais novos investidores.
- Conjugação de endividamento e capitalização por novos investimentos, caso necessário, tendo efeitos imediatos com relação à remediação de problemas financeiros que a companhia venha a experimentar.
- Alienação de ativos, considerando carteira de clientes ou investimentos em empresa de tecnologia.
- solicitar suporte financeiro de sua base de acionistas ou receber recursos de novos investidores.
- Recorrer as linhas de crédito para capital de giro, se necessário.
- Reorganização societária ou organizacional, considerando inclusive mudanças na estratégia de atuação, reduzindo sua participação e esforços de venda em linhas de negócio que não estejam performando de forma satisfatória.

## 5. Normas e documentos relacionados

- Circular BACEN 3.865/2017
- Circular BACEN nº 3.681/2013

- Circular BACEN nº 3.461/2009
- Plano de Continuidade de Negócios

## 6. Controle de Versionamento

Versão:	2
Data da Versão:	21/11/2019
Criado por:	Ester Ribeiro Caresma
Aprovado por:	Conselho de Administração
Nível de Confidencialidade:	Uso Interno